

FÓRUM DO AGRONEGÓCIO – O BRASIL E O DESAFIO DE ALIMENTAR O MUNDO

Data: 04 de abril de 2017, terça-feira

Horário: 8 às 18 horas

Local: Recinto Horácio Sabino Coimbra - ExpoLondrina 2017

Público - Cerca de 300 pessoas de diferentes segmentos do agronegócio – entre alunos de graduação e pós, agricultores, pecuaristas, produtores rurais, jornalistas, relações públicas, formadores de opinião, lideranças e representantes do terceiro setor e de empresas de insumos, máquinas e tecnologias voltadas para o meio rural - estiveram presentes

Mentoras do Encontro e Coordenação: Marlene Marchiori e Mariana Zorzato

Samartano

Relatoria – Guto Rocha e Telma Elorza

Iniciativa:

Sociedade Rural do Paraná e M.Marchiori

Patrocínio:

Apex Brasil

Parceiros:

ABAG

ABCZ

Embrapa

USP/ESALQ

IBD

Sistema Ocepar

Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Apoio Institucional:

Cocamar

Apoio

Governo do Paraná

Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

Emater

Iapar

UEL

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UEL)

Conferência de Abertura:

As políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio

Neri Geller

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O conferencista apresentou as políticas públicas que estão sendo realizadas, em nível federal, para o apoio ao agronegócio brasileiro. Ele lembrou que tudo que é produzido no Brasil tem uma alta qualidade, alta sustentabilidade e responsabilidade econômica e social mas que, infelizmente, no País ainda é preciso lembrar isso à população urbana. E posicionou que o Ministério se firmou na defesa do agronegócio brasileiro, aliando-se aos produtores na cruzada de defender a produção nacional. Segundo ele, o país, nos últimos 20 anos, cresceu sua área de plantio 36 milhões para 60 milhões de ha, avançando no mesmo período na produção de 78 milhões para até 230 milhões de toneladas de grãos, em 2017. Ele reconheceu as dificuldades, principalmente na área de logística para a exportação das safras, que ainda atrapalham o crescimento, mas apontou avanços nas linhas de crédito para investimento e custeio, com trabalho sério para desburocratizar o acesso do produtor, estimulando linhas de crédito com taxas abaixo do mercado. O secretário lembrou que o governo está estimulando para que o produtor acesse mais o mercado futuro de forma que se tenha menos oscilação e interferência do governo na questão do preço. Com a eminência do novo Plano Safra, o objetivo do MAPA, segundo ele, é trabalhar para manter as taxas fixas nos investimentos e custeio já que o setor precisa ter segurança para crescer. Outro ponto destacado pelo conferencista foi a

questão do fortalecimento da inovação tecnológica, com uma preocupação especial para a conectividade do meio rural à internet, principalmente no interior do Brasil, inclusive com importação de tecnologias que facilitem esse trabalho. Protocolos específicos para cana de açúcar também estão sendo desenvolvidos, incentivo de produção para álcool, incentivando produção de energia limpa. Também estão sendo estudados programas de investimentos para culturas perenes, para estimular a renda do pequeno produtor. O conferencista também lembrou da importância do seguro agrícola, principalmente nas áreas de risco com as questões climáticas. Segundo ele, no ano passado, o orçamento com equalização passou de R\$300 milhões para R\$400 milhões, com aumento na área segurada de 2,9 milhões para 5,6 milhões de ha. Um dos pontos destacados por Geller, é que o programa, quando tem participação do governo, precisa ser regular e pontual no pagamento. Para o conferencista, o seguro precisa ser facultativo - embora a lei aprovada no ano passado vá contra esse posicionamento - e a secretaria está trabalhando para instituir a opção de seguro de renda e não de risco para algumas regiões do país, com menos possibilidades de sinistros. Ele também alertou que alguns assuntos como a segurança jurídica e o Funrural poderiam ser discutidos depois, mas que, no caso do Funrural, poderia ser um problema maior maior que se imagina. Embora destacando que a interpretação da legalidade da cobrança não cabia a ele, como secretário, Geller disse que o problema é sério porque a renda do produtor pode vir a ser comprometida. Segundo ele, o Congresso Nacional tem que enfrentar ou o STF dar uma saída, já que são cinco anos de jurisprudência e mais de 14 mil liminares derrubadas agora pelo Supremo Tribunal de Justiça. Segundo ele, junta-se a questão aos problemas com câmbio, supersafra e preços baixos comparados a 90 dias, que o MAPA está bastante atento. Outro ponto a ser destacado e que está sendo observado pela secretaria é o de agregar valor aos produtos agrícolas, principalmente voltado para as exportações. A agroindustrialização do Brasil está avançando mas precisa continuar, segundo ele, que cita o exemplo do etanol de milho que migrou para o Centro-Oeste brasileiro, com plantas industriais que vão consumir um milhão de toneladas de milho. A proteína animal também está se ampliando. O grande desafio é resolver a logística com o transporte, ligando modais para interligar o Sul ao Centro Oeste e o Norte do país. Ele destacou que a orientação do ministro é que se tenha uma relação muito aberta com o setor, incluindo a imprensa, mantendo um diálogo permanente para que se possa antecipar os problemas que venham a surgir, agindo de forma eficiente, transparente e antecipada porque os recursos são escassos e o Brasil não pode ser prejudicado internacionalmente. Para ele, é preciso construir uma agenda positiva e dar foco nas coisas que estão dando certo, as

eficiências, no crescimento do agronegócio. De acordo com ele, a negatividade de ações de uma ou duas pessoas acabam prejudicando toda a sociedade brasileira.

Painel I - O Brasil e o Desafio de Alimentar o Mundo

Moderador:

Bruno Blecher - Diretor Redação Revista Globo Rural

Painelistas:

Robson Leandro Mafioletti - Superintendente da OCEPAR

Jayme da Silva Telles - Vice-Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Eduardo Daher - Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio ABAG

Luiz Gustavo Nussio - Diretor ESALQ / USP

Ladislau Martin Neto - Diretor de P&D da Embrapa

Ladislau Martin Neto - Diretor de P&D da Embrapa

O painalista apontou que o crescimento populacional na Ásia está pressionando por uma maior produção de alimentos. De acordo com ele, além dos aspectos desafiadores atuais apresentados pelo secretário Neri Geller, há outros de médio e longo prazo que precisam atenção porque podem impactar no futuro. Segundo ele, é preciso focar na viabilização socio-ambiental e da intensificação sustentável do sistema de produção, levando em conta a peculiaridade dos trópicos. Para ele, é preciso focar numa agenda e, como o Brasil tem sido protagonista em adoção do plantio direto, na fixação geológica do nitrogênio e uma série de outras ações, inclusive com investimento de pesquisa de empresas privadas no país, seria necessário também pensar em diversificação e custo de produção, mudança climática, irrigação e seguro rural. Investimentos em ciência e inovação são importante e, sem isso, segundo o painalista, não é possível olhar para o futuro e para onde os países desenvolvidos chegaram sem esse tipo de investimento. A agregação de valor e conexão com a agroindústria são outros pontos extremamente relevantes, de acordo com Martin Neto. Parcerias público-privadas são, segundo ele, uma oportunidade excelente para esse desenvolvimento, como vem acontecendo na parceria da pesquisa Rede de Fomento ILPF e Klefman. Para o painalista, em seu ponto de vista, o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta é extremamente interessante, vem tendo uso crescente e, com a peculiaridade dos trópicos, a estratégia pode ser utilizada

365 dias no ano, permitindo um retorno econômico e a conciliação dos aspectos ambientais. Na sua visão, o país está evoluindo mas ainda há desafios que precisam ser vencidos, como o aumento da produtividade de soja em relação a perdas associados à manejo de solo, nutrição, ervas daninhas, nematodes, operações mecânicas típicas do país, assuntos que devem merecer atenção nesse futuro. A questão do estresse hídrico mundial para consumo humano é outro ponto relevante, segundo ele, principalmente em áreas não tradicionais como São Paulo, há pouco tempo e, agora, Brasília, além é claro do Nordeste, e que precisa ser feito um uso criterioso, lembrando que 70% da água potável passa pela agricultura. O manejo integrado também precisa ser melhor trabalhado, na sua visão, conciliando o químico ao biológico até para dar sobrevida às moléculas químicas. E, para finalizar, o painelista aponta a necessidade de investimentos em tecnologias convergentes, T.I , biotecnologia e ciências cognitivas que vão impactar muito o agro, daqui por diante. Os produtores terão o desafio de incorporar todo esse ferramental mas as empresas terão que facilitar para que isso se torne uma realidade. A incorporação da tecnologia será o grande diferencial, para ele.

Eduardo Daher - Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio ABAG

Daher destacou dois aspectos que, segundo ele, são fundamentais. O primeiro deles é a mudança do consumidor que, antes, se baseava em três pontos: tradição/fidelidade, influenciável e atendimento individualizado. A experiência do armazém com a cardeneta do fim do mês ficou no passado. O que vê hoje, segundo ele, é o auto-serviço, com um consumidor mais racional, crítico e exigente. O que traz problemas mais sérios, disse, e citou o problema da Operação Carne Fraca. Segundo ele, o episódio de curto prazo terá consequências de longo prazo para a reputação da proteína animal no Brasil e no mundo. Segundo ele, a velocidade da comunicação nesse processo da nutrição e da segurança alimentar é exponencial. Há cinco anos, disse ele, ninguém usaria tecnologias que estão hoje no celular, por isso, para ele, é preciso perceber que a alimentação mudou também. A velocidade é muito grande e, embora haja, controle sobre uma série de variáveis há outras que não são controlados como o clima, o câmbio e a comunicação, as não-verdades que viram verdades em questão de segundos. De acordo com ele, no final do ano passado, o mundo já tinha uma Alemanha a mais de bocas para alimentar. A população crescente, com uma concentração grande na China e na Índia, e um envelhecimento da população devem orientar os próximos passos do agronegócio.

Robson Leandro Mafioletti - Superintendente da OCEPAR

Mafioletti começou apontando que as cooperativas do Paraná e Brasil vão bem porque fazem trabalho de rede, de intercooperação, em negócios que acreditam nas pessoas. No Paraná são mais de 220 cooperativas, a maioria de pequenas, e mais de 1,5 milhão de cooperados, 85 mil postos de trabalho. Ele falou sobre a organização das cooperativas e o diferencial sobre o Paraná que é o planejamento, que fazem as coisas andarem mais fáceis, uma condição necessária para saber para onde ir. De acordo com ele, as cooperativas paranaenses saíram de um faturamento de R\$ 50 milhões, em 2015, com a meta de chegar em R\$ 100 milhões. Esse planejamento é discutido com todos os cooperados, para saber como vai ser daqui por diante, com a nova geração, com os desafios de alimentação do mundo. Com isso, segundo ele, chegaram a várias questões e a cinco pilares: faturamento, desenvolver mercados – como estão os mercados de grãos e carnes, os problemas que podem atingir e como vão trabalhar-, modelo de cooperação, infraestrutura dimensionada – desafio para todo o agro – e fortalecer o sistema de gestão. E as últimas assembleias, segundo ele tem demonstrado que estão no caminho certo. O painalista diz que o futuro das cooperativas está sendo direcionado de acordo com as 14 megatendências mundiais que o Instituto Copenhague de Estudos Futuros apontou para os próximos anos: desenvolvimento demográfico, crescimento econômico, sustentabilidade, desenvolvimento tecnológico, foco na saúde (longevidade), comercialização, globalização, individualização, sociedade em rede, democratização polarização, imaterialização, sociedade de conhecimento, aceleração -hoje, em uma semana, o novo já é passado. Para ele, a principal questão é que o Brasil não precisa ser o maior produtor de alimentos mas sim ser o maior fornecedor de alimentos. Esse, segundo o painalista, é o caminho para o país mas aponta que é preciso investir em infraestrutura e logística, que dependem de investimentos e políticas públicas. Ele aponta que, cada vez mais o Brasil se torna um trade importante no mercado.

Jayme da Silva Telles - Vice-Presidente da Sociedade Rural Brasileira

O painalista apresentou a SRB, uma das três sociedades rurais mais antigas das Américas e que completa, no ano que vem, 100 anos. SRB é uma entidade plural, criada na época áurea do café em São Paulo, com sócios de todo Brasil e cuja maioria é formada por agricultores. Segundo ele, entre os associados estão um dos maiores escritórios de advocacia do país, grandes empresas nacionais e internacionais, o que

permite discussão num ambiente plural que gera uma abrangência significativa à entidade; também há uma forte atuação junto à frente parlamentar agropecuária, com um escritório em Brasília fornecendo estudos e embasamento. Ele elencou alguns pontos em que a SRB atua e que gera resultados diretos na produção brasileira: atuação política, junto à frente parlamentar; segurança jurídica – uma das maiores preocupações dos produtores rurais, a SRB está com ação de inconstitucionalidade contra o artigo 68 do Código Florestal, no que diz respeito ao direito adquirido para quem desmatou na vigência de lei; atuação ao Instituto de Terra, visando a regularização da área do Pontal de Paranapanema, onde há títulos de posse precários há cerca de 100 anos; sustentabilidade, onde o SRB teve participação importante na aprovação do Código Florestal, que ainda não está implantado; discussões para os Programas de Regulamentação Ambiental (PRAs) nos Estados, que é questão de importância para a produção de alimento; Comitê de Mercado e Finanças, onde as maiores indústrias do agro fazem parte, onde se busca maior competitividade com menor dependência do governo, a SRB acredita de buscar necessidade buscar alternativas paralelas de financiamento para não depender tanto do setor público, que tem cada vez menos recursos para atender o produtor; estudos da imagem do agro no exterior, para ampliar a visibilidade dos produtos brasileiros no exterior; melhoria no valor agregado do produto nacional, procurando inclusive nichos de mercado; engajados junto ao MAPA, produtores e empresários, visando o aumento da participação do comércio do Brasil no exterior de 7 para 10% em cinco anos; atuação em temas atuais e relevantes, como a Operação Carne Fraca; Funrural, discussão do problema para achar uma saída já que, embora pontual, tem problemas no retroativo.

Luiz Gustavo Nussio - Diretor ESALQ / USP

O painelista trouxe uma visão analítica sobre o assunto que está sendo introduzido, segundo ele, na Esalq com objetivo de se alinhar às questões que estão sendo analisadas no painel . Para o diretor, os sistemas biológicos mostram que as integrações parecem ser virtuosas e que isso vale também para a formação do profissional, que na faculdade está sendo chamado de Sistema Complexo Integrado de Formação de Profissional de Futuro, A integração do conhecimento nunca se fez tão necessária, segundo ele. Nussio diz que os outros países colocam a “obrigação” no Brasil, em 2040, de reunir condições ambientais incomparáveis para assumir essa produção de aumento de 40% na produção de alimentos. Mas, de acordo com ele, nenhuma análise traz a preocupação com formação de pessoal. Ele reconhece que a formação pode estar

embutida no que se chama tecnologia mas que isso nunca fica claro. Usando o exemplo do engenheiro agrônomo - mas lembrando que é preciso levar em conta todos que trabalham na área de Ciências Agrárias como fator de produção e que isso raramente é considerado pelos órgãos decisórios mundiais -, o painalista lembrou que nem há números exatos sobre os profissionais na área e que o último levantamento, em 2016, projetou uma estimativa de 150 mil profissionais. Correlacionando o estudo das principais commodities do país com a população de profissionais, o professor estimou que estão sendo formados quatro mil agrônomos por ano. Segundo ele, a se considerar a cultura de soja, que cresceu quase um milhão de ha, nos 20 anos entre 1995 e 2015, aumentando nesse período cerca de 80 milhões de toneladas, com uma produtividade média de 360 quilos por ha/ano. Quando se introduz o profissional dentro dessa lógica, diz que há em média 197 ha por agrônomo, como taxa média dentro desse período, mesmo sem considerar quais efetivamente se formam e vão trabalhar na área. De acordo com ele, há de se considerar 670 toneladas de produção média, por profissional. Já quando se calcula a produtividade por ha, obtem-se uma taxa média anual de 70 gramas por profissional. Segundo ele, chama a atenção porque, o número de pessoas que vem ao campo está compatível com a demanda. Isso, segundo ele, demonstra que necessidade de alteração de atuação dos profissionais para que a fertilidade do campo aumente, convertida em produção. Ele vê esse fato como autocrítica porque é a academia, dentro do seu conjunto, que está observando essa necessidade. A maior ameaça ao aumento de produção é manter as coisas como estão, na sua visão. E lançou a questão: "É suficiente formar o profissional para o mercado de 2017?" e respondeu que, para os olhos imediatistas do modelo de produção, sim. Mas para a universidade, é preciso formar o profissional para 2017 mas que continue atual em 2047, aponta. Estudos antropológicos conduzidos por Harvard, segundo ele, mostram que, na próxima década, quase tudo que o aluno aprendeu na universidade será inútil do ponto de vista tecnológico. Isso demonstra, em seu ponto de vista, que o que é preciso ensinar aos alunos são conceitos e valores para que eles possam se reinventar e continuar aprendendo coisas novas e se mantendo por décadas atuantes no mercado. Existem diversas propostas para o endereçamento dessa questão, segundo ele, mas um princípio básico é baseado no tripé: o aprendizado em integração de condições de campo para fixar seu aprendizado; necessidade de integração de serviço experimental e classes e disciplinas focadas em lideranças. Esse modelo traz algumas propostas, principalmente de alteração da grade curricular onde as disciplinas obrigatórias garantam exclusivamente a atribuição profissional e que as optativas sejam para a excelência, explicou. Segundo ele, o profissional tem que ser globalmente formado

para atribuições da área e excelente em áreas onde procura disciplina para formação. A retroversão do plano político pedagógico também seria necessário, de acordo com o painalista. Para ele, é preciso colocar a planta de soja o tempo todo junto com o aluno, já no primeiro momento. No encerramento, ele lembra que o treinamento de recursos humanos precisa ser considerado mundialmente todas as mesas de debate em agricultura. Para o diretor, não haverá o terceiro boom da agricultura se não houver empenho em formar profissionais em quantidade e qualidade.

Painel II

Sustentabilidade e interação na cadeia produtiva: o exemplo do Brasil para o mundo

Moderador:

Mauro Zafalon - Jornalista Folha de São Paulo

Painelistas:

Eduardo Bastos - Diretor Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC)

Adriana Brondani - Diretora CIB Conselho de Informações sobre Biotecnologia

Eduardo Sampaio- Representante da UTZ Certified no Brasil

Germano Kusdra - Coordenador do Projeto Centro Sul de Feijão e Milho

Marcio Milan - Superintendente da Associação Brasileira de Supermercados

Ulisses Melo - Diretor de Laboratório de Pesquisas da IBM Brasil

Eduardo Caldas - Gestor de Projetos Apex Brasil

Eduardo Bastos - Diretor Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC)

O painalista apresentou a Fazenda Brasil, um mapa que mostra o Brasil como se fosse

uma propriedade rural, com 61% de território protegido, 520 milhões de hectares de vegetação nativa – poucos países avançaram tanto em área agrícola protegendo suas florestas - , 68 milhões de ha de lavouras, 96 milhões de ha de área urbanizada e antropizada e 170 milhões de ha de pastagens. O desafio de alimentar o mundo imposto ao Brasil, segundo ele, é também uma oportunidade para gerar riquezas, emprego e dignidade para brasileiros e ajudar, sim, a alimentar o mundo, uma responsabilidade que o país tem como um dos poucos que ainda dispõem de terras agricultáveis. Boa parte desse futuro, aponta, está na intensificação da pecuária, mostrando que 60 a 80 milhões de ha de pastagens podem ser convertidos para alimentar essa demanda crescente. De acordo com ele, quando se fala da Fazenda Brasil, a ideia internacional é que se está desmatando para plantar e não se sabe que o produtor rural brasileiro conserva quase 11% das matas nativas dentro de suas propriedades. No mundo cada vez mais complexo, é preciso integrar a cadeia da produção à entrega, com transporte e embalagem. Para ele, é preciso lembrar que o aumento na produção de alimentos em 40% para atender a população maior também vai ser consumido 50% a mais de água e 40% a mais de energia, o que daria um poder de competição maior ao Brasil que tem disponíveis hidrelétricas e biocombustíveis enquanto outros países não vão conseguir fazer frente a esse consumo maior de insumos. Outro ponto a ser considerado, segundo ele, é que um terço da comida é jogada fora: antes da colheita, em países em desenvolvimento, e depois do consumo, em países desenvolvidos. Para o painalista, o desperdício terá que ser corrigido ou a conta não vai ser fechada. A solução, segundo ele, é unir os diferentes setores para buscar alternativas conjuntas

Adriana Brondani - Diretora do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB)

Para a painalista, o maior exemplo de sustentabilidade é o que aconteceu no Brasil, nas últimas décadas, com um aumento de 200% de produtividade com uma área que cresceu apenas 50%, enquanto se mantinha a preservação do ambiente. Para ela, esse já um dado concreto que precisa ser compartilhado com o mundo, já que foi feito de forma sustentável, com tecnologia, educação, mecanização e pesquisas cujo resultados foram ao campo, o que gerou sementes com alta tecnologia, fertilizantes eficientes, empíricos muito efetivos. O cenário desafiador é, segundo ela, o de trabalhar de forma integrada com todas as tecnologias, para todos os produtores tenham acesso a elas e que consigam preservar essas tecnologias. Para ela, esse é um novo tema: manter a sustentabilidade daquilo que nos levou à sustentabilidade que há hoje. Na área da

biotecnologia, por exemplo, as preocupações são, segundo ela, que se mantenham as áreas de refúgio para que os produtores continuem tendo a tecnologia de sementes resistentes à insetos; a necessidade de rotação de mecanismos químicos e um conjunto de boas práticas onde estão os princípios da agronomia. Segundo a painelista, uma tendência, com a oferta de tecnologias, é prestar menos atenção nas práticas, quando deveriam andar juntas. Outro ponto necessário, segundo ela, é explicar e mostrar a ciência do agro ao consumidor, que está muito mais consciente e crítico, esclarecendo para a sociedade como é feita a produção: com consciência, preservação de meio ambiente e respeitadora de regras.

Eduardo Sampaio - Representante da UTZ Certified no Brasil

Sampaio se apresentou falando que representa o programa de sustentabilidade de café via certificação e parcerias, atuando em mais de 570 mil hectares de café no mundo e 1,5 milhão de ha em cacau e que, nas duas culturas, o universo produtivo em volume é muito alto. Segundo ele, o IBGE traz que, na categoria até 50 ha, o número de produtores de café chega a 80%, sendo responsáveis por 67% da produção brasileira. De acordo com ele, um tema de grande preocupação é a próxima geração, em quem vai herdar e tocar essas pequenas fazendas e sítios, além dos sistemas mecanizados e não mecanizáveis. Segundo ele, três de cada quatro consumidores mundiais são urbanos, que chama de “urbanóides”, e que não entendem nada do sistema de produção, acreditando que a agricultura é produzida em caixinhas. Para mudar isso, ele citou o marketing do café, feito na Colômbia, onde se valoriza o pequeno cafeicultor. Segundo Sampaio, gasta-se 90% do tempo em ações práticas no pilar produzir-processar-vender e esquece-se de cuidar da imagem perante o consumidor. Para ele, o currículo do agrônomo tem que ser ampliado, em várias parcerias com a meta de ampliar o conhecimento do extensionista que vai a campo, para entender como o mundo mudou, porque mudou e refazer esse horizonte de pensamento do pequeno produtor. Ele apresentou oito temas que são gargalos na cafeicultura e cacauicultura: mudança da nomenclatura da agricultura convencional para “agricultura agrônômica ecológica”, já que o momento é de fusão de tecnologias; mais pesquisas aplicadas e “usáveis”, nas quais o produtor é consultado sobre o que ele precisa; criar o conceito de fazenda como “acp-área de conservação produtiva”, lembrando que, ao contrário do que o urbanóide pensa, a fazenda apenas “empresta”

água; mudança da nomenclatura de agrotóxicos, que traz uma carga negativa no nome, para defensivos; mudança na lei de menor aprendiz que permita adolescentes trabalharem nas propriedades, o que, segundo ele, é importante para formar nova geração de agricultores; trabalho análogo ao escravo que precisa ser resolvida e tanto mal faz à reputação internacional; a legalização do trabalho de meieiros, que não estão garantidos com um salário de bem estar; ampliação de parcerias para os programas de certificação.

Marcio Milan - Superintendente da Associação Brasileira de Supermercados

O painelista falou que o grande desafio é procurar entender como fazer chegar o aumento da produção de alimentos ao consumidor da forma que ele precisa. Um dos modos, segundo ele, é olhar o comportamento do consumidor e também do comércio, principalmente o supermercado. Segundo ele, a sustentabilidade passa pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; pela pecuária sustentável; pela rastreabilidade; redução de gases. De acordo com o painelista, as tendências de consumo estão calcadas na saudabilidade com a percepção do consumidor voltada para os produtos in natura, com aumento no consumo de frutas, legumes e verduras. Hoje, segundo ele, os Hortifrutis são responsáveis por 9,3% do faturamento dos supermercados, um crescimento de 3% em três anos. A tendência, diz, é a saudabilidade evoluir cada vez mais, com o alimento seguro que deve ser garantido pelo produtor, incluindo o bem estar animal e o rastreamento do alimento. Segundo ele, a Abras desenvolveu pesquisas para dar supermercados e produtores suporte sobre os tipos de alimentos que serão buscados com o envelhecimento da população e que a realidade de hoje é a preferência por lojas de vizinhança (minimercados), uma tendência em crescimento, assim como os atacarejos. Segundo ele, houve um crescimento de marca própria – como ter marca própria em produtos como tomate, cebola, laranja é uma discussão. A ferramenta que pode integrar a cadeia como um todo é a educação – para o produtor, para o supermercado e também consumidores – e a Abras está abrindo sua plataforma Escola de Supermercados, em parceria com a Universidade da Soja, de Minas Gerais, - com cursos presenciais e EAD - para levar esses conhecimentos ao setor produto. O programa Rama – rastreabilidade e monitoramento de alimentos – já em execução coordena ações do setor produtivo em todos os elos da cadeia, conversando com todos os produtores e órgãos reguladores, discutindo como evoluir e melhorar para atender as legislações. Em 2016, foram rastreado 1.244 mil toneladas de hortifrutis, 23%

a mais que 2015. Hoje são 25 milhões de pessoas que entram diariamente nos supermercados, que são responsáveis por 83% das vendas de alimentos.

Germano Kusdra - Coordenador do Projeto Centro Sul de Feijão e Milho

O Paraná é o maior produtor nacional do feijão, com potencial para crescer muito e com potencialidades de exportação, segundo o painalista. O projeto que coordena é uma parceria institucional da Emater, com a Syngenta, Iapar e Embrapa, com uma área de abrangência no centro do sul do Paraná, com início em 1998, em um município preocupado com intoxicação de agrotóxicos. A partir de 1999 focou-se na profissionalização dos agricultores, com formação de renda e possibilidade de interação com outras cadeias produtivas, objetivando uma cadeia sustentável, com condição de perpetuar o negócio do agricultor. O foco na agricultura familiar traz a ideia de agregar alternativas de tecnologias e para agregar renda na propriedade, garantindo o abastecimento do mercado com produção brasileira. A capacitação de técnicos, unidades demonstrativas de feijão e milho são ações concretas. Segundo ele, o projeto permitiu e colaborou para o incremento da produtividade no Estado. Ação junto com o Iapar está desenvolvendo um manejo integrado de pragas do feijão. Detalhes do projeto podem ser conhecidos no site da Emater

Ulisses Melo - Diretor de Laboratório de Pesquisas da IBM Brasil

Como representante da indústria de tecnologia e representante do grupo de pesquisa da IBM, o painalista falou sobre sustentabilidade proporcionada pelo meio digital e como dados de tecnologia podem ser usados para transformar o agronegócio. Segundo ele, o que está acontecendo agora no agronegócio já aconteceu com outros setores, como o petrolífero e o bancário – hoje totalmente integrado. No caso do agro, segundo ele, o primeiro passo é a digitalização do campo que permite recolhimento de dados, de várias fontes, de tempo, de imagem de satélite, de internet das coisas; a virtualização dos processos dentro da cadeia produtiva vai permitir a rastreabilidade dos produtos. Para Melo, o consumidor final está ainda muito distante da cadeia produtiva e um dos elementos que mais trazem confiabilidade a ele é a visibilidade. Hoje, de acordo com ele, já existem tecnologias que permitem integrar e tracear esses dados ao longo da cadeia produtiva. E conta que a IBM lançou uma plataforma chamada Agritec, que permitir a

integração de todos esses dados dentro e fora da porteira. A tecnologia vai permitir que o consumidor final, com um celular e uma tag numa fruta, saiba onde ela veio, por onde ela passou, quais foram os defensivos e fertilizantes, tudo que foi usado na produção. Segundo ele, a questão é disponibilizar, implementar e criar viabilidade. Isso vai permitir usar algoritmos de otimização de toda a cadeia, vai ver os gargalos de produção e resolvê-los de forma mais eficiente, com economia e mais produtividade. O surgimento de assistentes tecnológicos cognitivos vão permitir acesso à informação como, por exemplo, 40 anos de estudos da Embrapa que poderão estar disponíveis num programa tipo Whatsapp.

Eduardo Caldas - Gestor de Projetos Apex Brasil

Para o painalista, o Brasil é exemplo de sustentabilidade e isso interessa ao cliente externo porém não basta falar, tem que mostrar e apresentar os ângulos que interessam a eles. Segundo Caldas, é preciso que as instituições de renome, que representem todos os segmentos da cadeia produtiva, se unam para organizar as ideias e as informações que dispõem sobre o trabalho desenvolvido no país. Um segundo passo, é a seleção do que deve ser dito internacionalmente e, na sequência, customizar a informação para cada tipo de cliente. Por último, difundir essa informação onde for possível, inclusive nas mídias sociais e usando a vasta rede de embaixadas lá fora. Segundo ele, tópicos de sustentabilidade em altalá fora são desmatamento, uso da terra, mudanças climáticas e agricultura de baixo carbono. Por isso, segundo ele, o Brasil deve ter, antes de tudo, transparência que é fator fundamental para formação de reputação. Conseguir explicar o que é o Código Florestal brasileiro, para ele, é fundamental porque os estrangeiros estão ávidos por isso. Além disso, serão precisas ações constantes e sustentáveis, não basta uma paleta e uma exposição. Outra questão é não generalizar países como simpáticos ou antipáticos ao Brasil, em todos há aliados. Para ele, o agronegócio é que o país mais tem de agregador – basta unir e levar essa mensagem customizada aos clientes, falando sobre o que eles querem ouvir.

Painel III - Agricultura, Tecnologia e Inovação Sustentável

Moderador: Fernando Lopes – Editor de Agronegócios do Valor

Econômico

Painelistas:

Eduardo Leduc - Vice-presidente Sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF para a América Latina e Presidente do Conselho Diretor da ANDEF

Glauber Silveira - Vice-presidente da Agramilho e Conselho Consultivo Aprosoja MT

Paulo Hermann - Presidente da John Deere Brasil

Mateus Barros - Líder da The Climate Corporation no Brasil

Pedro Valente - Diretor Geral da AMAGGI Agro

Norberto Ortigara - Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná

Eduardo Leduc – Vice-presidente Sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF para a América Latina e Presidente do Conselho Diretor da ANDEF

Leduc enfatizou em sua apresentação que a necessidade de inovação na área de defensivos no Brasil é muito maior do que em países que competem com a agricultura brasileira neste desafio de alimentar o mundo. Leduc diz que as condições de país tropical do Brasil favorece a dinâmica das pragas. Estes fatores, segundo ele, tornam a inovação uma necessidade fundamental para aumentarmos a produção de alimentos sem aumentar o uso de recursos escassos e finitos, como a terra. Ele ressaltou dois pontos que preocupam o setor de defensivos no que diz respeito à inovação. O primeiro são os aspectos regulatórios de defensivos agrícolas. Ele diz que há avanços, mas ainda se leva de 7 a 8 anos para se obter o registro final de um novo defensivo. Leduc diz que para a indústria, que investe cerca de US\$ 300 milhões em pesquisas que levam de 7 a 10 anos de pesquisa, esse prazo para liberação representa um custo muito alto, não só para a indústria, mas principalmente para os agricultores, que acaba sendo o último a acessar a nova tecnologia. Ele diz que uma nova legislação, que está em tramitação, caso aprovada, pode

agravar ainda mais esta situação, e cerca de 25% das pragas que combatemos hoje não teriam ferramentas para seu controle, comprometendo a produtividade. O segundo tema foi a questão da ferrugem da soja, que pode comprometer a produção de soja no país. A morosidade em liberar novos princípios ativos para combater tal doença, fez com que o Brasil ficasse anos com um ou dois modos de ação contra a praga, que é capaz de reduzir a produtividade da soja em 80%. Ele diz que reverter este quadro é questão de segurança nacional. Ele elencou ainda uma série de outras pragas que têm poucas opções de controle químico no Brasil e que comprometem várias culturas e exigem inovação urgente. A ANDEF, segundo Leduc, não defende a facilidade de registros, e que registros emergenciais não são solução sustentável. No Brasil, o modelo de agricultura exige uma legislação feita pelo e para a realidade do País. O Brasil, segundo ele, é um dos maiores mercados de defensivos do mundo, mas somos um dos que menos usam esses produtos. Por falta de inovação e uso de tecnologia de combate de pragas, o país perde cerca de 30% do que se produz no País. Ele acredita que para o Brasil alcançar o desafio de alimentar o mundo são necessários, inovação de produtos, tecnologias que reduzam as perdas de alimentos, trabalho sério com muita ética e coragem para assumir o papel de liderança do país no papel de alimentar 9 bilhões de pessoas em 2050.

Glauber Silveira - Vice-presidente da Abramilho e Conselho Consultivo Aprosoja MT

Ele questionou qual sustentabilidade se busca neste debate, se é a ambiental, social, econômica, trabalhista. Silveira destacou que mais de um bilhão de pessoas no mundo passam fome. Em sua análise, não é verdade que vão precisar de uma elevação de produção de alimentos. Ele afirma que há um romantismo muito grande nesta discussão, e que a questão da sustentabilidade só interessa para a Europa, que não quer pagar por isso. Outro ponto que ele abordou é o fato de que utilizamos apenas 30% das tecnologias disponíveis. Para ele, o produtor rural brasileiro está preocupado em obter escala na sua produção, não está pensando na inovação, em tecnologia, na agricultura de precisão. Glauber defendeu a necessidade de se repensar a agricultura. No Brasil não se eleva, segundo ele, a produtividade de 50 saca/ha há décadas.

Ele diz que há uma preocupação excessiva com novas tecnologias e o manejo correto da lavoura, com adução, plantio direto, manejo integrado de pragas, e outras práticas tradicionais estão sendo deixadas de lado. Se investe em tecnologia de ponta e o produtor não consegue elevar sua renda. Ele diz que o setor precisa de tecnologia que garanta a segurança do agricultor nos equipamentos utilizados pelos produtores. É preciso repensar toda a agricultura que se pratica no País.

Paulo Hermann - Presidente da John Deere Brasil

Hermann diz que existem algumas assimetrias no País, com grandes avanços em algumas áreas e recuos em outras. Segundo ele, nos últimos 30 anos houve uma grande evolução tecnológica para o setor, e como as universidades de ciências agrárias evoluíram muito pouco. A grande revolução recente é a integração lavoura, floresta e pastagem, mas não há uma estrutura de extensão rural capaz de levar informações sobre a gestão de sistemas. Todas as tecnologias chegam, mas são usadas de maneira ineficiente. Para ele, não há outro caminho que não seja a tecnologia. Hermann diz que quando a tecnologia é bem endereçada é usada, o que não acontece com a tecnologia do modismo. Os avanços, segundo ele, apontam para máquinas que vão entrar na lavoura e tomar as decisões com base nos dados da safra anterior, isso graças à inteligência artificial que está evoluindo. Diz ser 100% a favor das tecnologias e investe muito nisso. Mas que é preciso solucionar as assimetrias que existem no Brasil, e a que diz respeito à formação de mão de obra no País é a mais gritante que se temos para resolver.

Mateus Barros - Líder da The Climate Corporation no Brasil

Barros acredita que a inteligência artificial, a big data e outras tecnologias vão ajudar o agricultor a tirar proveito de todas as informações que ele já produz com sua atividade e transformá-la em resultados. A revolução digital já é uma realidade, com uma série de tecnologias que vão estar presentes também na agricultura. Ele observa que muitas start-ups estão desenvolvendo soluções voltadas para o setor. No Vale do Silício, nos EUA, segundo ele, existem mais de 500 empresas de tecnologias pensando em novas ferramentas para a agricultura. Mateus afirma que a The Climate Corporation já tem mais de 300

mil há mapeados com informações de plantio, mapa de colheita, de pulverizadores, tudo no contexto da internet das coisas, e a conectividade vai ajudar a agricultura brasileira a ser mais competitiva.

Pedro Valente - Diretor Geral da AMAGGI Agro

Valente iniciou apresentando o tamanho do grupo AMAGGI AGRO, que cultiva o equivalente a 435 mil campos de futebol, ou 314 mil há cultivados, em seis fazendas no Mato Grosso. Com um faturamento de US\$ 6 bilhões, o grupo emprega 5,5 mil funcionários. Ele diz que sustentabilidade vai além da questão ambiental, e a grande preocupação neste aspecto é quem vai continuar o negócio, pois o grande dilema é: que jovem quer ficar no campo? A agricultura, destaca, que há um grande preconceito com o setor por achar que não convive com a tecnologia. Mas a agricultura, destaca ele, é altamente tecnológica. O foco do grupo, segundo Valente, é o gerenciamento de custos e margem, pois o preço é determinado pelo mercado (a lei oferta e demanda), então buscam nível de rentabilidade que garantam lucratividade. Outra grande preocupação do grupo é com a formação da mão de obra, com investimento constante em treinamento dos operadores de máquinas agrícolas. Ainda assim, segundo ele, não conseguem utilizar mais do que 45% do que o equipamento oferece. Desenvolveram um sistema de telemetria, que permitirá monitorar todos os equipamentos para verificar se está operando corretamente. É preciso adotar sistema de gestão e que não é tão caro como se imagina. Sem tecnologia correta, segundo ele, não existe futuro na agricultura, mas, destaca, é preciso formar pessoas, que vão garantir a sustentabilidade do negócio. Para ele, a revolução só vai acontecer na agricultura se houver educação.

Norberto Ortigara - Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná

Ortigara disse não encarar como uma obrigação do Brasil suprir o mundo com alimentos, mas como uma oportunidade, como negócio que vai sustentar o setor. O secretário afirma que ouve dizer não é preciso fazer mais nada para dobrar a produção de hoje. Isso, segundo ele, não quer dizer que não é necessário realizar investimentos, e reconhece que o País investe muito pouco em ciência e tecnologia. Ele defendeu um “mega” investimento nas estruturas de pesquisas públicas e privadas do país, e destacou que o Brasil detém uma

expertise na produção de alimentos é que precisa ser bom nisso. Ortigara afirma que é possível duplicar a produção agrícola só com o conhecimento que já está disponível. Mas alertou que há “muita burrada feita, e muita coisa para se fazer”. Ele afirma que ainda se pratica um plantio direto “meia-boca”, o solo está compactado, há erosão. Tudo isso, segundo ele, provoca desperdício. Citou como exemplo o fato de se utilizar uma mesma calibragem para pulverizar diferentes pragas. Disse que o setor tem um grande desafio na agropecuária brasileira e uma grande oportunidade para abraçar o mundo como grandes supridores de alimentos. Mas é preciso qualificar cada vez mais quem faz a agricultura. Ele disse também que é importante todo o avanço tecnológico disponível e o que está por vir, mas que nada tira a sensibilidade do agente que faz o negócio acontecer, que é o ser humano, valorizar cada vez mais o agricultor, dar a ele a oportunidade de melhorar a sua prática.

Painel IV – O Brasil e a Pecuária Sustentável

Moderadora: Vera Ondeí – Editora Chefe da Dinheiro Rural

Painelistas:

Marcelo Dia Muller – Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

Renato Watanabe – Coordenador Técnico de ILPF da Cocamar

João Gilberto Bento – Consultor da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)

Ricardo Neukirchner - Presidente da Associação Brasileira de Piscicultura

Sergio Saud – Presidente da ASBIA

Alexandre Berndt – Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Pecuária Sudeste

Marcelo Dia Muller – Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

Iniciou falando da integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) como forma de otimizar o uso de solo, com o objetivo de extrair o máximo possível da propriedade rural, mas também garantindo a preservação do solo, que é o maior patrimônio do produtor. Apontou uma série de benefícios com o sistema ILPF, dentro do conceito de sustentabilidade, como o uso do plantio direto, que proporciona maior volume de palha no solo, que garante uma série de benefícios ambientais; recuperação das pastagens, sequestro de carbono nas pastagens, a prática de uma agricultura de baixo carbono, com o aumento do sequestro deste gás. O conceito do ILPF, segundo ele, contempla diversas formas de sistema de produção. Diz que a técnica é uma estratégia de manejo da propriedade, que exige planejamento. Ele apresentou uma propriedade como exemplo de adoção dessa técnica para demonstrar os ganhos proporcionados. Segundo ele, na área citada, localizada em Mina Gerais, a produção de leite saltou de 300 litro/dia, passou para 1,2 mil litros/dia. Em outro exemplo, uma área em que o proprietário produzia 100 litros leite/dia e estava prestes a abandonar a atividade, o uso do sistema reverteu a situação do pecuarista, aumentou sua produção, garantiu fornecimento de madeira para

construção de estruturas. Ele defende a adoção de uma formação mais holística para os profissionais que atuam no meio rural.

Renato Watanabe – Coordenador Técnico de ILPF da Cocamar

Watanabe relatou a experiência na reforma de pastagens degradadas e de culturas anuais na região Noroeste do Paraná, Oeste Paulista e no Sul do Mato Grosso do Sul. Ele enfatizou que a sustentabilidade para ter importância, antes de tudo, tem que garantir a sustentabilidade do produtor e de sua família. Ele disse que a pecuária brasileira tem ilhas de prosperidades cercadas por um grande mar de ineficiência. Segundo ele, mais da metade dos 200 milhões de hectares de pastagens do País estão degradadas. Outra característica da atividade é a sazonalidade nas pastagens, com grande oferta de alimento no verão e escassez no inverno, produzindo o que ele chama de boi sanfona, que ganha peso no verão e perde no inverno, e vai para abate com 3,6 anos e 4 anos, o que já não satisfaz mais o mercado. Com isso, a produtividade no Brasil fica em média, segundo ele, em quatro arrobas/ano/hectare, resultando em um faturamento entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00 por ano. O que é muito pouco frente aos investimentos que o produtor faz em suas terras. Watanabe diz que a reforma de uma pastagem custa entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil/hectare, e se for mal planejada, no segundo ou terceiro ano pode volta degradar. Ele defende que uma pecuária moderna deva estar aliada à agricultura. Ele calcula que se, em pelo menos a metade das pastagens do País (cerca de 100 milhões de ha), fosse adotada a integração lavouras-pastagens, o País poderia duplicar a produção de grãos, triplicar a recuperação das pastagens e produzir uma carne altamente demandada pelo mercado externo. Isso, na análise de Watanabe, contribuiria para melhorar a imagem da pecuária brasileira, que está ligada à derrubada de florestas. Watanabe diz que o País também poderia ter uma pecuária mais eficiente aproveitando o que o Brasil tem de mais abundante: luz, água, temperatura e solo. Ele acredita que neste contexto de pecuária sustentável, e na busca de ajudar o Brasil no desafio de alimentar o mundo, a pecuária integrada com a agricultura, aproveitando a sinergia entre leguminosas e gramíneas, teríamos oportunidade de ampliar o número de animais nas mesmas áreas, ampliar a produção de proteína vegetal, preservar solos e ter

uma perspectiva de futuro melhor. Ele ressaltou que o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta vem sendo pesquisada há mais de 30 anos e é uma tecnologia desenvolvida nos trópicos para a nossa realidade, que permite produzir mais, respeitando o meio ambiente.

João Gilberto Bento – Consultor da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)

O consultor da ABCZ afirmou que a pecuária brasileira teve uma grande avanço nos últimos 20 anos. Para contextualizar tal afirmação, ele lembrou que entre 1980 e 1990, o País registrou 27 mil focos de febre aftosa. “E hoje quando aparece um foco da doença parece que o mundo está acabando”, disse. Outra evolução do setor foi o fato, destacou ele, de que o Brasil era importador de carne na década de 1980 e hoje é exportador. A qualidade do produto também melhorou, e com a evolução das tecnologias de reprodução estabeleceu padrões, linhagens e características capazes de atender exigências específicas de diferentes mercados. Ele observou que o caso recente da operação “Carne Fraca” mostra que a pecuária ainda tem muito a caminhar. Bento disse que o setor precisa se verticalizar e se preocupar com a sustentabilidade, pois há uma grande pressão por aumento de áreas, muitas vezes feita de forma incorreta, com técnicas ultrapassadas, como o uso de queimadas. Ele afirmou que isso ainda acontece porque há uma grande dificuldade do setor em acessar crédito. Segundo ele, os pecuaristas “de verdade” detêm conhecimento, têm acesso a tecnologias e a informações, mas os avanços são limitados pela falta de recursos financeiros. Ele também diz que a tecnologia integração pecuária-agricultura é uma grande ferramenta, mas sem acesso ao crédito não vai ser possível evoluir, pois, segundo ele, o pecuarista quer trabalhar, é apaixonado pela atividade, mas a falta de crédito limita os avanços no setor.

Ricardo Neukirchner - Presidente da Associação Brasileira de Piscicultura

Neukirchner destacou que a piscicultura é uma atividade muito nova no Brasil, e que vai ter peso importante no desafio de alimentar o mundo. Segundo ele,

muitos estudiosos afirmam que a atividade é a única forma de produzir de maneira rápida alimentos em grande escala para atender essa demanda crescente. Ele recordou que está na atividade há 25 anos e que foi preciso convencer o Governo de que a piscicultura também é pecuária. Mas fora do Brasil, destacou, a piscicultura é uma atividade muito importante. Neukirchner informou que o pescado tem importância muito grande na economia mundial, representando 65% das exportações de carne, enquanto as aves somam 15% e a carne bovina representa 10%. Ele observa que o Brasil tem todas as condições para se transformar no segundo maior produtor de carne de peixes do mundo, ficando atrás apenas da China. Isso porque, segundo ele, o Brasil tem 13% da água doce do mundo, clima tropical, áreas disponíveis, mão-de-obra e a ração com o menor custo do mundo. Na questão ambiental, segundo ele, a piscicultura, diferente do que se pensa, a atividade não consome água, mas está na água, e tem baixo impacto, com produção zero de efluentes negativos. Outra vantagem, segundo ele, é que a piscicultura pode ser desenvolvida em qualquer tipo de ambiente e por produtores de diferentes tamanhos. Ele estima que nos próximos 30 anos a atividade deve crescer muito. Atualmente, segundo o painalista, de cada dois quilos de peixes consumidos no mundo, um quilo vem da piscicultura, e a FAO prevê que em 2030 entre 70% e 75% da produção de pescado sejam oriundas de cultivos. Diante dessa previsão, alerta ele, a piscicultura no Brasil precisa crescer muito, mas ainda assim o País continuará sendo importador de peixes. Ele diz o cenário positivo, e a atividade é uma grande oportunidade de geração de empregos e negócios para o Brasil. Ele observa que grandes grupos externos têm mostrado muito interesse em desenvolver piscicultura no País, deixando claro sinais de que a atividade vai crescer muito.

Sergio Saud – Presidente da ASBIA

Saud fez um balanço dos avanços proporcionados pela inseminação artificial no melhoramento genético do rebanho bovino brasileiro. Segundo ele, a tecnologia já está consolidada no Brasil. A técnica possibilita, enfatizou, a aceleração do melhoramento genético na propriedade, e citou exemplos como a seleção de animais Nelores no Brasil, que foram importados há cerca de 90 anos, e hoje 170 milhões de cabeças carregam esta genética, e também

possibilitou o surgimento da raça leiteira Girolando. Saud afirmou que a tecnologia é barata, simples de usar e acessível. Segundo ele, a inseminação artificial representa menos de 2% dos investimentos que uma propriedade faz em tecnologia. Ele disse que o uso da inseminação no setor leiteiro proporciona baixos índices de vacas vazias, redução de intervalo de parto, melhoria das futuras matrizes. Tudo isso resulta, observou ele, em incremento da quantidade e qualidade do leite produzido. Na pecuária de corte a inseminação artificial também promove, por meio do cruzamento industrial, propiciando o melhor de duas raças e uma carne de melhor qualidade nos últimos anos. Saud apresentou relatório da ASBIA com números de 2016 que indicam o uso da Inseminação Artificial no Brasil frente ao rebanho de quase 100 milhões de fêmeas passíveis de serem inseminadas (77,5 milhões no corte e 22 milhões no leite). Considerando que no mesmo ano foram comercializadas 8 milhões de doses de sêmen para matrizes de corte e 3,7 milhões para vacas leiteiras, conclui-se que 10,4% das matrizes de corte foram inseminadas e, 17% das leiteiras. Ele disse ainda que a IA abre portas para outras tecnologias nas propriedades rurais, com melhorias na sanidade e nutrição dos rebanhos.

Alexandre Berndt – Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Pecuária Sudeste

Foco principal da apresentação de Berndt foram as emissões de gases de efeitos estufa(GEE) pela pecuária, que tem sido alvo de grande debate internacional. Ele disse que mesmo que muitos não concordem, a pecuária brasileira emite gases, contribuiu com o desmatamento, está sendo praticada em pastagens degradadas, tem baixa produtividade e pouco lucrativa, entre outros problemas, que levaram muitos a abandonar a atividade. Por outro lado, observou ele, a pecuária pode remover gases do efeito estufa, com a preservação das áreas onde ela é praticada. Ele observou que é preciso buscar mais eficiência na pecuária, sendo possível recuperar pastos, lucratividade e produtividade. A pecuária sustentável requer eficiência, enfatizou. O fiel da balança, disse ele, é o nível de tecnologia adotada na propriedade. Só dessa forma que a pecuária sairá da condição de atividade extrativista praticada pelo o que ele chamou de “gigolo de terra”. Este tipo produtor, segundo o pesquisador, já não mais espaço no mercado, pois a

atividade exige cada vez mais um perfil empresarial, profissional. Ele observa que, enquanto uma pastagem degradada é emissora de gases do efeito estufa, áreas ocupadas pelo sistema de Integração Lavoura-Pasto-Floresta têm potencial de sequestrar, tanto no solo quanto nas árvores, três mil quilos de gases por hectare ano. Ele afirma que se houver uma intensificação do uso dessas tecnologias é possível liberar dezenas de milhões de áreas para outras atividades.

Painel V – COMUNICAÇÃO ENTRE O URBANO E O RURAL: POR QUE NÃO SE FALAM?

Moderadora: Adriana de Cunto, Chefe de Redação da Folha de Londrina

Painelistas:

Samuel Milléo Filho - Comunicação da OCEPAR

Gilceana Galerani - Chefe de Comunicação da Embrapa

Giovani da Silva Ferreira - Gerente Núcleo Agronegócio da Gazeta do Povo

Marlene Marchiori - MMarchiori

Valter Brunner - Diretor de Assuntos Corporativos para a América Latina da Syngenta

Samuel Milléo Filho - Coordenador da Área de Comunicação da OCEPAR

O jornalista disse que a comunicação entre o rural e o urbano é um constante desafio para todos os profissionais que atuam tanto jornalismo como na área de marketing. Para ele, o tema é oportuno frente à crise provocada pela operação “Carne Fraca”, em que uma falha na comunicação entre o rural e o urbano, ou vice-versa, causou tantos prejuízos. Ele disse que o setor cooperativista tem exemplos exitosos de comunicação. Milléo Filho ressaltou que a evolução tecnológica avança rapidamente, e que, segundo o IBGE, mais da metade da população brasileira já tem internet, sendo que mais metade dessa população conectada está no campo. Ele observa que é cada vez mais urgente que profissionais de comunicação se atentem para a necessidade de utilizar as novas mídias disponíveis, pois muitos ainda estão amarrados à comunicação impressa. Essa mudança irá favorecer inclusive, na opinião dele, acesso tanto ao meio rural

como ao urbano. Ele citou como exemplo a ação de comunicação realizada pela Cooperativa Castrolanda, que proporcionou a consumidores a possibilidade de conhecer a propriedade rural e a produção do alimento que compraram. Esta conversa entre produtor e consumidor, comentou ele, ajuda a evitar o tipo de ruído provocado na operação “Carne Fraca”. Ele lembrou que em 2005, por conta da seca do ano anterior, abriu-se a possibilidade de os produtores rurais afetados renegociarem suas dívidas. A mídia acabou divulgando que alguns dos beneficiados estavam aproveitando a renegociação para comprar casas, construir piscinas. Na época, o ex-governador do Paraná, Paulo Pimentel, que é produtor rural e cooperado, desafiou a OCEPAR a produzir um vídeo que mostrasse a importância do homem do campo para o meio urbano. A campanha foi produzida e Pimentel, que era proprietário de um canal de televisão, veiculou a peça durante alguns meses. Milléo diz que até hoje o vídeo ainda repercute pela internet. O painalista concluiu sua participação com a apresentação do vídeo produzido pela OCEPAR, que mostra produtores rurais vestidos de paletó e gravata e ao final questiona se eles precisariam se vestir daquela forma para serem respeitados, diante de toda a produção que eles entregam para o meio urbano. O jornalista disse que esta é uma importante forma de comunicação direta que ainda hoje é um bom case de comunicação entre o urbano e a cidade.

Gilceana Galerani - Chefe de Comunicação da Embrapa

Gilceana informou que com entrada em vigor, no ano passado, da nova Lei das Estatais, que busca minimizar riscos de gestão, de corrupção e de desperdício no setor público. Com isso, observou Gilceana, a Embrapa teve que rever seu estatuto, oportunizando uma revisão de sua política de comunicação. Assim, desde o ano passado, uma série de pesquisas foram aplicadas, e com base nos resultados e diálogos com colegas de comunicação, buscaram responder a questão colocada pelo painel. Ela disse que a pesquisa apontou que a comunicação do agro tem um passivo muito grande, desde a época da criação do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, até hoje a comunicação sempre foi voltada apenas para o agro. Ela afirma que os avanços tecnológicos que favoreceram a produção agrícola é uma conquista do agro, e que se os produtores não fossem empreendedores e receptivos nenhum desses avanços

teriam dado resultado. E que o agro é o grande patrimônio do Brasil, mas isso não foi repassado para o meio urbano, para que houvesse a devida valorização do setor produtivo rural. Ela defende que é necessário um trabalho de longo prazo para reverter este passivo na comunicação com o agro. Outro ponto que ela abordou são os mitos, dentro da perspectiva do que hoje é chamado de pós-verdade. Ou seja, por mais que haja evidências para provar alguma coisa, o que o público acredita é mais forte que uma verdade científica. Isso se perpetua como uma grande verdade. Ela disse que o próprio conceito de agronegócio é associado a algo negativo, por estar ligado a grandes produtores, à não preservação do meio-ambiente, quando na verdade mais de 80% dos produtores estão na agricultura familiar. O mesmo acontece com a questão dos transgênicos, comentou Gilceana, que mesmo havendo pesquisas que comprovam a segurança desses produtos, há uma grande rejeição por parte dos consumidores. Ela afirmou que esses mitos ou pós-verdades que rondam o meio rural precisam ser trabalhados por meio da comunicação para evitar a demonização do agro. Ela disse também que o agro tem poucos porta-vozes, diante de muitas críticas que o setor recebe. Gilceana defende a necessidade do surgimento de novos líderes que representem o setor com coragem de defender setor. A ausência de diálogo com os mais jovens é outro ponto que precisa ser sanado. Gilceana diz que a comunicação, em grande parte, ainda é um tanto conservadora. Ela defende a necessidade de levar a comunicação do agro também para as escolas e ensinar as crianças, desde cedo, a importância do setor. Gilceana disse que há um pessimismo generalizado no Brasil e no Mundo, mas que ao longo dos últimos 50 anos houve uma evolução muito grande no setor de agronegócio. Ela enfatizou a necessidade de o agro contar sua história, sua importância, e que para isso é preciso investimento na comunicação profissional do agro por toda a cadeia do agronegócio.

Giovani da Silva Ferreira - Gerente Núcleo Agronegócio da Gazeta do Povo

O jornalista disse que o urbano e o rural se falam mas não se entendem. E a busca de entendimento entre os dois é o grande desafio da comunicação. Ele apontou que a comunicação passa muito além da mídia tradicional, estando fortemente na mídia digital, redes sociais e pelo marketing direto. O resultado

do network, para ele, é que vai mudar a percepção que o urbano tem do rural. Ele chama isso de Solução 360, em que utiliza todas as mídias disponíveis para conversar com o público. Diz que a mídia tradicional sempre pecou na cobertura do rural, cobrindo pouco ou cobrindo mal. Mas devido à crescente importância do setor para economia do País na última década, a imprensa passou a dar mais espaço para o setor, mas ainda assim, segundo o jornalista, cobrindo mal. Diz que falta estratégia e capacitação dos profissionais de comunicação tanto na produção de conteúdo do meio rural para o meio rural, como do meio rural para o urbano. Ele lembrou que o agronegócio está cada vez mais presente no dia a dia e cada vez mais vinculado ao meio urbano, pois a produção começa no campo, mas a agregação de valor acontece no meio urbano. Por isso, ele defende que o rural e urbano precisam começar a se entender, e isso não acontece por questões culturais, ideológicas e por falta de informação. Ele diz que a cidade precisa entender que temos cada vez menos terra para produzir e saber que é do campo que vem seus alimentos, e que apesar de vivermos numa sociedade urbana, temos uma economia rural. Para que isso fique claro para o meio urbano, é preciso uma comunicação eficaz. O jornalista defende que a comunicação 360º, mais ampliada, seja um dos elos da cadeia produtiva, essencial para o desenvolvimento sustentável do setor.

Marlene Marchiori, MMarchiori

Marlene disse que quando se fala ou se pensa em comunicação parece haver apenas o caminho de ida. Para ela, é necessário se refletir a comunicação, não só no papel do profissional de comunicação, mas o processo como um todo. Para ela, a responsabilidade do ato de comunicar deve ser coletiva. Em sua análise, Marlene observou que diante de tantas mudanças e avanços tecnológicos, há um sentido para o meio rural ao mesmo tempo que tem um sentido para a sociedade brasileira. Deveria se pensar o agro em relação à sociedade brasileira, e passar a ouvir mais o setor rural. Ela questiona o que efetivamente a comunicação está trazendo para o Agro. Marlene afirmou que no mundo pós-moderno existe uma diversidade muito grande, e que é necessário compreendermos que esta diversidade existe em mundos diferentes que se olham dentro de uma sociedade, e que são complementares. Para ela, mais do que informar, a comunicação é o ato de

transacionar, daí, segundo ela, é necessário se ouvir mais. Precisaríamos pensar como nos estamos percebendo e partir disso, procurar gerar interações, e entender que elas são processos de construção. Para ela, é importante entender como diferentes interações levam a determinado público a perceber o outro também como público. Por isso, ela defende que se instigue mais interações em todas as cadeias do agronegócio, para desenvolver uma dinâmica entre o rural e o urbano. Para ela, a comunicação não é esporádica, mas consistente e duradoura, e é preciso entender quem são os grupos para começar a trabalhar com cada um deles. Isso não tem um efeito imediato, segundo ela, mas sim é um processo de trabalho, dedicação, relacionamento, entrega. Essa é a diferença, de acordo com ela, de estarmos falando e não estarmos sendo percebidos. Ela observa que esses mundos são diversos, mas convivem entre si, e cada um tem seu valor. Ela defende também a necessidade de gestão e estratégia para interpretar todas as preocupações que envolvem o tema. E para cada segmento é necessário uma estratégia diferente. Marlene disse que a construção de marcas é fruto de relacionamento do dia a dia. Diz que esta construção diária é que pode trazer vínculos que podem trazer confiança. Ela diz que temos o mundo rural e o mundo urbano que são igualmente competentes, mas precisam se olhar como um conjunto e como parte da sociedade brasileira.

Valter Brunner - Diretor de Assuntos Corporativos para a América Latina da Syngenta

Brunner disse acreditar que há uma evolução na comunicação entre o urbano e o rural. Ele afirmou, no entanto, que as empresas que trabalham com foco no rural, “falhamos”, por não ter conseguido melhorar a comunicação com o urbano. Ele lembrou que a Syngenta estruturou um projeto de sustentabilidade global, voltado ao campo com objetivo de melhorar a sustentabilidade e a qualidade de vida no meio rural, mas que também contemplava o meio urbano, de maneira a fazê-lo perceber a importância do agro. Brunner disse que a pesquisa revelou que o meio urbano entende e apoia a necessidade de tecnologias que melhore a produção de alimentos em menos terras, mas são contra as tecnologias que são propostas. Em parte, segundo ele, este resultado é consequência do desconhecimento. A pesquisa,

segundo ele, revelou que o meio urbano olha para o agricultor de forma crítica, como se ele fosse responsável pelos problemas ambientais do mundo. Isso, segundo ele, em parte se deve a esta falha na comunicação. Ele questionou até que ponto os grandes veículos de comunicação de massa e as iniciativas do próprio setor realmente são voltadas para o setor urbano. Brunner acredita que um dos caminhos para melhorar essa comunicação são as novas mídias, mas que é necessário ouvir mais. Ele apresentou os resultados do programa desenvolvido pela Syngenta, que revelou em nível global a produtividade média cresceu 4% em um ano nas várias culturas, mas que o pequeno produtor teve um incremento de 8% no mesmo período, e no Brasil, o crescimento neste segmento foi de 5,7%. No que diz respeito a sustentabilidade e biodiversidade, o programa indicou uma melhora de 9,2 milhões de hectares no mundo. Isso, segundo ele, é relevante e revela que a tecnologia está funcionando, e que o produtor rural, principalmente os pequenos, estão sendo impactados por ela. E o meio urbano começa a entender essas informações. Brunner informou que em 2014 a Syngenta lançou um programa que contemplou a comunicação via redes sociais de temas ligados à produção agrícola, mas voltado para o público urbano. Segundo ele, do total de acessos a estas informações, entre as 15 cidades que mais acessaram essas informações, cinco eram capitais e 10 cidades mais ligadas ao meio rural. Em 2016, a iniciativa passou a contar com 800 mil seguidores, com 9 milhões de visualizações. Ele destacou ainda que dos 15 municípios com maior número de seguidores, 14 são capitais, e a grande maioria dos acessos é feito por pessoas com idade entre 18 e 40 anos. Ele acredita que esse público jovem e urbano começa a entender, com este tipo de iniciativa, de onde vem os alimentos que ele consome. Brunner diz que, ainda que lentamente, há uma evolução nesta questão de comunicação entre meio rural e urbano, e que eventos como painéis, são importantes para melhorar cada vez mais esta interação.

Conclusão

O crescimento acelerado da população mundial, estimada em 9,5 bilhões de habitantes em 2050, trouxe a necessidade premente de aumentar a produção internacional de comida em torno de 70%. Ao Brasil, como país continental e tropical, coube a “imposição” de aumentar sua produção em 40% até 2040 e, pelo menos, 20% em até 2020. Cumprir essa meta vai depender, basicamente, da união entre todos os elos da cadeia produtiva, para superação de gargalos que hoje atrapalham o melhor rendimento na produção.

Entre os gargalos estão uma infraestrutura e logística, cujos investimentos não acompanham a demanda; falta de conectividade no interior do Brasil, para fazer chegar tecnologias que possam ajudar no campo; uso aquém do disponível em tecnologias; assimetria na produção rural, com áreas de grandes avanços e muitos recuos; pequeno produtor – cerca de 80% tem propriedades rurais com 50 ha ou menos, responsáveis por cerca de 65% da produção – com pouco acesso à tecnologias; “esquecimento” do uso de boas práticas e manejo do campo; escassez hídrica em algumas regiões; perdas de 30% da produção na lavoura; degradação de pastagens; pressão por aumento de área de produção; falta de comunicação com o consumidor; legislação que complica interesse do jovem pelo campo, impedindo formação de novos produtores, e que complica aprovação de novos defensivos para doenças como ferrugem da soja, que pode acabar com a produção de soja no Brasil; produto com pouco valor agregado; fragilidade junto à aceleração da comunicação; falta de novos “porta-vozes” do agro entre as atuais lideranças; e falta de um marketing eficiente para “vender” os produtos brasileiros no exterior, com a valorização da marca Brasil, entre outros.

Entre as “vantagens” produtivas que o Brasil tem estão a tropicalidade – que permite culturas 365 dias ao ano -; o acesso fácil a combustíveis biorrenováveis e energia hidroelétrica – o aumento na produção de alimentos vai demandar um consumo 50% maior de água e 40% maior de energia, o que outros países terão dificuldade para atender a demanda; a preservação ambiental de 61% do território, sendo que 11% dentro das propriedades rurais; sustentabilidade que já vem sendo realizada há tempos através de técnicas como plantio direto e fixação de nitrogênio no solo, entre outros; tecnologias

embarcadas em sementes, defensivos e insumos; e tecnologias industriais e comerciais já disponíveis para o campo; entre outras.

Para atingir as metas para o aumento da produção, a cadeia produtiva brasileira terá que, além de resolver os gargalos já citados: conservar técnicas consagradas de manejo rural; investir em soluções como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); realizar planejamentos a médio e longo prazo; investir em diversificação; observar e atualizar a formação do profissional de Ciências Agrárias; reduzir perdas nas lavouras por problemas que já há solução, investir em programas de gerenciamento de resíduos; observar o envelhecimento da população e à busca pela saudabilidade dos alimentos – incluindo o bem estar animal; aprender a se conectar com a sociedade em rede; dar acesso facilitado às novas tecnologias para todos os produtores, independente de área de produção; marketing interno para mudança de visão negativa do consumidor sobre produção rural; investimentos em comunicação com o público urbano, entre outras.